



ATA DA 318ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia trinta de maio de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, no auditório da Secretaria do Planejamento - SEPLAN, teve início à 318ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Eduardo Mattedi Furquim Werneck, Secretário Executivo e presidente em exercício, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH. Estiveram presentes os conselheiros: Ana Maria de Lima Santos e Vera Frazão, representantes da Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA; Erisvaldo Silva Melo representante da entidade ambientalista Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia Terra Viva; Fernando Oliveira representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia - FETAG; Isabel Ligeiro representante do Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental - IDEIA; João Lopes de Araújo representante da Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia - AIBA; José Cisino Menezes Lopes representante da Cooperativa de Desenvolvimento do Agronegócio do Oeste da Bahia - CODEAGRO; José Roberto Caldas representante da Entidade Ambientalista Pró-Mar; José Roberto Celestino representante do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO; Josemário Martins representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré; Laelson Dorado representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM; Letícia Nobre representante da Secretaria da Saúde; Luiz Tarciso Pamponet representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB; Manoel Adeodato Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicoara; Marcelo Miranda representante da Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Estado da Bahia - APEFEBA; Ney Antonio de Souza representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB; Pablo Villanueva representante da Associação Rosa dos Ventos; Roseane Palavizini representante da Entidade ambientalista Instituto Autopoiésis Brasilis; Sergio de Almeida Bastos representante do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC; Eliuda Soares, Jader da Silva, Rafael Orge e Kitty Tavares representantes da Secretaria Executiva do CEPRAM; Elizabete Wagner, Silvio Orrico e Márcia Teles representantes do Centro de Recursos Ambientais - CRA, além de convidados. Constaram em pauta: abertura da sessão; apreciação da Ata da 317ª Reunião Ordinária; Relato de Processos: adiados, com pedido de vistas e novos; Informes; O que Ocorrer. O conselheiro Eduardo Mattedi, cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental, a sessão foi aberta; informou que estava na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei para Reforma Administrativa de todo sistema da SEMARH, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 27.05.08, com a finalidade de dar maior qualidade e agilidade a área ambiental e principalmente reformular as descentralizadas que passarão a se chamar a "Instituto de Meio Ambiente - IMA e Instituto de Gestão das Águas - INGA", respectivamente SRH e CRA; a SEMARH passaria a se chamar "Secretaria de Meio Ambiente - SEMA"; registrou algumas modificações de caráter interno nas Superintendências; ressaltou que foi criada uma coordenação especial vinculada diretamente ao Gabinete com objetivo de integrar todo o sistema e passará a ser responsável pelo Sistema Estadual das informações Ambientais - SEIA; registrou que foi criada uma Comissão Especial para elaborar um Decreto regulamentador da Lei Ambiental Vigente, será utilizado os subsídios que foram discutidos no Conselho e audiências públicas; comunicou que nesse ínterim a proposta de alteração da Legislação não será enviada a Assembléia no momento. Passou a palavra para o conselheiro José Roberto que apresentou o Projeto de Conservação Marinha em Aratuba; saudou os patrocinadores do projeto, a equipe do PRÓ-MAR e pescadores de Aratuba presentes; ressaltou que surpreendentemente a idéia e mobilização partiram da vontade dos pescadores da comunidade de Aratuba com objetivo de criar uma área protegida de conservação marinha; mostrou imagens aéreas da Costa; disse que foi realizado monitoramento do recife de corais através de um Programa internacional da rede mundial; disse que foi realizado um levantamento, com filmagens da fauna e flora, e apresentado para discussões entre os pescadores; disse que foi criada uma campanha para fortalecer a imagem dos pescadores; falou que foi feito um processo de cadastramento envolvendo toda a família; ressaltou que a idéia era consolidar a experiência da Comunidade de Aratuba e criar uma rede de áreas marinhas ou Maricultura natural na Baía de Todos os Santos; informou que o Brasil assinou um Contrato que pretendia criar 20% de Áreas marinhas protegidas até o ano de 2010; registrou que esse projeto, com a participação da comunidade, considerado o primeiro do Brasil estaria motivando outras comunidades; por fim, solicitou apoio para que essa área existente de fato passe a ser considerada de direito. Elizabete Wagner registrou que o CRA tem uma Diretoria de Projetos votada para promoção de ativos ambientais e de propostas semelhantes à apresentada por essa entidade; ressaltou a importância da relação com os pescadores, bem como com outros ambientes que ajudam a promover esse projeto; fez um convite ao conselheiro José Roberto para participar de uma reunião junto a Diretoria de Projetos do CRA para discutir um dos principais Projetos: "Baía de Todos os Santos", bem como a necessidade de apoio e colaboração das comunidades; informou que foi inaugurada uma unidade Regional do CRA em Salinas das Margaridas com objetivo de priorizar as

atividades da Baía de Todos os Santos. Os conselheiros Manoel Adeodato, Fernando Oliveira, José Cisino, Luiz Tarciso e a conselheira Roseane Palavizini parabenizaram a iniciativa e os trabalhos da comunidade junto à entidade ambientalista. O conselheiro José Roberto sugeriu apresentar uma Moção a favor da regulamentação da área protegida conforme Projeto apresentado. A sugestão foi aceita e deverá ser submetida à aprovação do CEPRAM na próxima reunião. O conselheiro Luiz Tarciso comunicou que se afastará do Conselho temporariamente por motivos de sua pré-candidatura e terá como substituto os seus respectivos suplentes. Passou para apreciação da Ata da 317ª Reunião. A conselheira Roseane Palavizini solicitou que fosse descrita a discussão técnicas relativas a Zona de Proteção Visual – ZPV. A conselheira Ana Maria solicitou que registre nesta Ata a entrega do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, conforme constou nos autos do processo. Em seguida, ficou definido que a referida Ata será submetida à aprovação na próxima reunião. Passou para relato dos Processos Adiados: **Processo nº 2005-006856/TEC/AIIN-0045**, Florestadora S/A – FLORYL, conselheiro José Cisino que apresentou voto favorável à manutenção da interdição temporária com validade a partir da concessão da Licença de Operação. O conselheiro Eduardo Mattedi colocou em discussão e votação. Todos concordaram com o voto apresentado. **Processo nº 2006-004405/TEC/AIMU-0231**, O. TORRES, conselheiro relator Marcelo Miranda que entendeu que o CRA desconsiderou a defesa apresentada pelo interessado por descumprimento do prazo, apesar de ter atendido o fato gerador da multa, ou seja, reverteu o problema; apresentou voto favorável pela manutenção da multa e sugeriu que o valor da multa fosse reduzido. O conselheiro Mattedi colocou em discussão e passou a palavra a técnica Márcia Teles do CRA que esclareceu que o interessado foi multado por não ter Licença Ambiental e causado degradação ambiental, o que não o isentava da penalidade. Após esclarecimentos todos concordaram pela manutenção da multa. **Processo nº 2005-002326/TEC/RC-0019**, Petrobrás Transportes S/A – TRANSPETRO, conselheiro Irundi Edelweiss que encaminhou o voto apresentado pelo conselheiro Ney Antonio, favorável à revisão. O conselheiro Eduardo colocou em discussão e votação e todos concordaram com o voto apresentado. Passou para os Processos com Pedido de Vistas: **Processo nº 2006-001425/TEC/AIMU-0107**, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, conselheiro relator Ricardo Montagna, que encaminhou o voto favorável à manutenção da multa e estava ausente por problemas com deslocamento. O conselheiro Mattedi, considerando a disposição regimental, colocou a matéria em discussão, conforme voto da conselheira relatora, Ana Maria, que ratificou o seu voto dado na reunião anterior, solicitando cancelamento da multa por considerar que os condicionantes I e VIII foram cumpridos. O conselheiro Eduardo Mattedi colocou em discussão. A conselheira Vera Frazão ressaltou que a multa foi aplicada por alegação de que o DNIT não havia apresentado o PRAD, o que consta nos autos do processo essa apresentação ao CRA, e naquele momento questionava-se que o CRA licenciou uma pedreira comercial para o DNIT utilizar o material de forma irregular, sendo que o proprietário impedia que parte da área fosse recuperada; ressaltou que o assunto em questão era de responsabilidade do CRA e do proprietário da empresa. O conselheiro Eduardo Mattedi passou a palavra à técnica Márcia Teles da área de fiscalização do CRA, que reiterou e esclareceu os motivos da aplicação da multa conforme detalhamento nos autos do processo. Diante das discussões e contradições apresentadas o conselheiro Mattedi sugeriu que houvesse uma manifestação entre as partes para esclarecer o assunto em questão e apresentar a compreensão do pleito posteriormente ao plenário para possibilitar a votação e todos concordaram pelo encaminhamento, convertendo-se o processo em diligência. **Processo nº 2008-001054/TEC/LI-0005**, EMBASA S/A, conselheiro revisor Pablo Villanueva que solicitou diligência ao processo justificando a necessidade de realizar uma visita *in loco* juntamente com representantes da EMBASA, CETREL e da comunidade local. O conselheiro Eduardo Mattedi esclareceu que em se tratando de um processo de Licença de Implantação sob a concessão de um *Ad Referendum*, permitindo que os procedimentos sejam efetivados, era necessário que o plenário decidisse o assunto em questão e colocou em discussão. O conselheiro Roberto Celestino esclareceu que essa licença foi avocada para evitar impedimentos quanto à liberação de recursos na época do pedido de concessão da Licença de Localização para o Sistema de Esgotamento Sanitário; registrou que há oito anos tramitava o pedido de execução do Sistema Estação de Tratamento de Esgoto, mas a comunidade não acatava que o efluente, mesmo tratado, fosse lançado no Rio Capivara, sendo que este processo foi o resultado final de um acordo entre o Estado e a CETREL que deixou de existir, passando para a implantação de quatro Estações Elevatórias e Rede Coletora da CETREL, ou seja, simplificando todo processo; ressaltou que teoricamente a matéria não deveria ser submetida ao Conselho. O conselheiro Ney Antonio informou que essas Estações estão prontas e faltava à liberação dos recursos a serem aplicados nos gastos investidos e solicitou celeridade no processo. O conselheiro Pablo Villanueva disse que reconhecia a importância da obra por se tratar de recursos do PAC, mas reforçou a necessidade de desmistificar a intervenção no Rio Capivara e quanto ao lançamento do efluente ao sistema CETREL, para garantir a validade e aprovação do *Ad Referendum*. O conselheiro Roberto Celestino disse que constava nos autos do processo uma série de consultas públicas e reuniões previstas durante o processo de Licença

de Localização. A conselheira Letícia Nobre disse que sem prejuízos da preocupação do conselheiro Pablo Villanueva a situação deveria ser resolvida considerando que se tratava de um projeto de esgotamento sanitário sob recursos do PAC para garantir a qualidade de vida da população; sugeriu que deve ser colocada em funcionamento uma instância de acompanhamento efetiva dos segmentos envolvidos que garanta a aplicabilidade dos condicionantes estabelecidos. O conselheiro Pablo Villanueva reiterou sua solicitação de diligência. O conselheiro José Cisino sugeriu que mantivesse o pedido de diligência do conselheiro Pablo, a ser considerado na fase de Licença de Operação, para que não haja prejuízos com relação aos recursos a serem liberados. O conselheiro Roberto Celestino propôs que o CEPRAM indicasse o conselheiro Pablo Villanueva para integrar a Comissão de Acompanhamento, instituída legalmente como parte de um dos condicionantes aplicado na referida licença. Em seguida, o conselheiro Pablo Villanueva concordou com a sugestão de converter a diligência para a fase da concessão de Licença de Operação, bem como oportunizar uma data antes da próxima reunião para efetuar a visita *in loco* no município de Camaçari. O conselheiro Mattedi colocou em votação a concessão de Licença de Implantação com os condicionantes que já constam nas licenças similares e foi acatado o pedido de avocação do Processo de Licença de Operação e todos concordaram. Passou para Apreciação dos Processos Novos: **Processo nº 2008-003901/TEC/LL-0052**, SAINT – GOBAIN QURTZOLIT, conselheiro relator Aurinézio Calheira que encaminhou voto favorável à concessão da licença. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. A conselheira Letícia Nobre disse que apesar das questões ambientais terem sido contempladas nas proposições das condicionantes, mas considerando a potencialidade de exposições de riscos à saúde dos trabalhadores sugeriu acrescentar por ocasião da Licença de Implantação a condicionante: *“apresentar programa de proteção da saúde dos trabalhadores contemplando todos os potenciais riscos à saúde”*. Todos concordaram com o voto seguido da alteração sugerida. **Processo nº 2007-002102/TEC/LI-0013**, NUTRIARA ALIMENTOS LTDA, conselheiro relator Luiz Tarciso, que apresentou voto favorável pela concessão da licença. O conselheiro Mattedi colocou em discussão e registrou que a Semarh recebeu a visita dos representantes da Prefeitura de Feira de Santana que informaram a criação da Secretaria de Meio Ambiente e solicitaram que fosse feito o licenciamento conjunto do Centro Industrial de Subaé - CIS. Em seguida, a matéria foi aprovada por unanimidade. **Processo nº 1420060048056**, Associação dos Proprietários de Reservas Particulares da Bahia e Sergipe – PRESERVA, conselheiro relator Laelson Dourado que solicitou adiamento da matéria. Passou-se para O que Ocorrer: A conselheira Isabel Ligeiro registrou o encaminhamento da Recomendação ao CRA para o aperfeiçoamento técnico do Anexo I, da proposta de Resolução do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – G.A.C. o que motivou a suspensão dos trabalhos de revisão da redação pelo Grupo de Trabalho até que o CRA apresente a revisão pleiteada. O conselheiro Mattedi submeteu o encaminhamento da Recomendação à aprovação do plenário e foi aprovado. O conselheiro Roberto Celestino informou que foram realizadas duas reuniões da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental – CTSA, sendo uma extraordinária específica que objetivou apresentar contribuições para política estadual de saneamento básico, e, outra para discutir o problema da escória de Santo Amaro; registrou que houve um efetivo esvaziamento em ambas as reuniões; fez um apelo aos membros integrantes dessa Câmara da importância de suas participações em virtude do problema da retirada da escória de chumbo de Santo Amaro, tratando-se de uma demanda em evidência que será submetida para decisões desse Colegiado, bem como uma atenção redobrada com a demanda de diversas obras de saneamento em andamento. O conselheiro Mattedi reiterou a importância de funcionamento das Câmaras e reforçou a solicitação de participação. A Conselheira Roseane Palavizini reiterou o pedido de uma lista dos processos em andamento na Chapada Diamantina; registrou que constou em pauta um processo indicado para sua relatoria há mais de um ano encaminhado para diligência recomendando que fosse atualizado a informação constante da matéria, ocorre que até o presente o processo não retornou para pauta; ratificou a importância de proceder ao envio do voto dos respectivos processos relatados aos demais conselheiros antes da reunião, conforme estabelecido no Regimento. A conselheira Ana Maria solicitou um espaço em pauta para apresentar a matéria Licenciamento de Estradas, bem como empreendimento rodoviário em comunhão com o DNIT. O conselheiro Pablo Villanueva reiterou solicitação para apresentar o Projeto Corredor Ecológicos e da demanda externada pelo Comitê Estadual da Reserva da Biosfera na próxima reunião, bem como que a Semarh apresentasse os resultados do atendimento a demanda solicitada pelo Comitê. A conselheira Isabel solicitou do CRA uma data prevista para o encaminhamento do Anexo I revisado ao GT do G.A.C.; registrou o encaminhamento de um e-mail de entidade ambientalista do Subcomitê da Reserva da Biosfera sobre Autorização de Supressão de Vegetação do Cerrado em áreas contíguas supostamente de competência do IBAMA e solicitará esclarecimentos da Semarh. Em seguida, passou para a apresentação do Sr. Nelson Belotti representante do empreendimento ELLOBRAS que informou constar alguns projetos de Usinas Termoelétricas tramitando no CRA posteriormente constarão em pauta do CEPRAM; prestou alguns esclarecimentos sobre os procedimentos estabelecidos para instalação e funcionamento de Usinas Termoelétricas; Após a explanação o conselheiro Marcelo

187 Miranda questionou se teria algum Projeto a ser desenvolvido com a biomassa ou óleo, tendo em
188 vista o grande potencial considerável na área florestal, e se era previsto possibilidade de intercambio
189 de material. O Sr. Nelson respondeu que sim; ressaltou que a biomassa era desenvolvida através de
190 linha de transmissão. O conselheiro José Cisino comentou a experiência realizada com o
191 aproveitamento de resíduos de agricultura e a produção de capim elefante com resultado promissor,
192 na região de Barreiras; questionou se existia algo efetivo nesse sentido. O Sr. Nelson respondeu que
193 estudos estão sendo desenvolvidos para esta finalidade. O conselheiro Fernando Oliveira colocou sua
194 preocupação quanto à matéria apresentada considerando que o Grupo de Trabalho – GT formado
195 para elaborar a proposta de normatização através de Resolução CEPRAM do assunto em questão
196 juntamente ao CRA. Kitty Tavares sugeriu que fosse realizada uma reunião desse GT antes da
197 próxima reunião. Como não havia mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 12h30. Eu,
198 Eliuda Soares, lavro e assino esta ata com os demais membros representantes. Salvador, 30 de maio
199 de 2008.

200 **Presentes:**

201 Eduardo Mattedi – Secretário Executivo e Presidente em exercício

202 **Membros:**

203 Ana Maria de Lima Santos – SEINFRA

204 Erisvaldo Silva Melo – Terra Viva

205 Fernando Oliveira – FETAG

206 Isabel Ligeiro – IDEIA

207 João Lopes de Araújo – AIBA

208 José Cisino Menezes Lopes – CODEAGRO

209 José Roberto Caldas - PROMAR

210 José Roberto Celestino – SINAENCO

211 Josemário Martins – Sind. Itacaré

212 Laelson Dorado - SICM

213 Letícia Nobre – SESAB

214 Luiz Tarciso Pamponet – FAEB

215 Manoel Adeodato – Sind. Ibicoara

216 Marcelo Miranda – APEFEBA

217 Ney Antonio de Souza - FIEB

218 Pablo Vilanueva - Rosa dos Ventos

219 Roseane Palavizini – AUTOPOIÉSIS

220 Sergio de Almeida Bastos – COFIC

221 Vera Frazão – SEINFRA

222 **Secretaria Executiva/SEMARH/SDS**

223 Kitty Tavares, Eliuda Soares, Jader Silva, Rafael Orge

224 **CRA:** Elizabete Wagner, Silvio Orrico – diretores e Márcia Teles - técnica